

Milícias cariocas

Por Robson Rodrigues da Silva, Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, membro da Rede desde 2006

No Brasil, especificamente no Rio, o termo tem sido muito usado por grupo de policiais que, sob o pretexto de proteger a população de favelas contra as ações de narcotraficantes, se estabelecem nessas comunidades. Ao se intitularem “milícias” ou mesmo “paramilitares”, revelam a inspiração no contexto colombiano. Entretanto, apesar de contarem com maioria de policiais, ou ex-policiais, não são nem mesmo grupos de extrema direita, pois comungam da mesma ideologia dos narcotraficantes. Na verdade, têm ações orientadas por razões práticas, da mesma forma como ocorre com o tráfico de drogas. Cobram pedágios por uma proteção que, como eles e muitos outros alegam, o Estado não é capaz de fornecer. É preciso, no entanto, olhar as milícias sob o foco econômico.

As milícias cariocas são formadas por policiais ou por desempregados que visam a aumentar seus orçamentos. Fazem isso com naturalidade, pois, como ocorre em outras circunstâncias, vendem sua força de trabalho fazendo, nas horas de folga, aquilo que aprenderam. Sabe-se, por meio da imprensa que os salários dos policiais cariocas são os mais baixos do Brasil (o do soldado gira em torno de U\$ 400,00). Sabe-se também que é grande a taxa de desemprego e que o país (o Estado do Rio de Janeiro vem a reboque) apresenta taxas pífias de crescimento. A informalidade, em vários setores econômicos, tem crescido assustadoramente, principalmente nos transportes e na segurança privada. A construção social da insegurança, ou do estado de “guerra”, muito antes de ocorrer de fato o atual estado de violência urbana, só fez aumentar a demanda por segurança. Nesse contexto, muitos policiais vendem seu produto no mercado informal da segurança. Agirem de forma autônoma por meio de milícias foi, portanto, um pulo.

É verdade que, ao se estabelecerem nas comunidades carentes, as milícias afastam o tráfico de drogas. Isso ocorre, não por ideologia, mas por “reserva de mercado”. Não há concorrência, mas sim uma luta pelo monopólio local, e tudo o que é “comerciável” dentro da realidade informal das favelas passa a ser explorado pelos “milicianos”, o que já vinha ocorrendo por parte dos narcotraficantes. É um negócio rentável, já que o

Estado há muito optou por se ausentar desses espaços, criando ideologicamente o muro simbólico do apartheid social carioca que divide favela *versus* asfalto.

Sabemos que é preciso reparar agora os erros do passado. O Estado precisa recuperar esses espaços, reconstruindo-lhes o tecido social e refazendo suas redes de solidariedade já há muito esgarçadas, o que não se consegue com ações de polícia apenas.